

Texto de subsídio para a

VI Jornada Nacional de Debates

Negociações Coletivas do 2º Semestre de 2011

DIÉESE



Negociações Coletivas do 2º Semestre de 2011

Este texto apresenta somente as linhas gerais de argumentação para as negociações salariais do segundo semestre de 2011. Pode haver, nas diferentes regiões, a necessidade de melhor observação das especificidades de cada setor de atividade econômica, incluindo o desempenho econômico e do mercado de trabalho.

Trata-se de um conjunto de questões com linhas gerais de argumentação para as negociações coletivas do segundo semestre de 2011:

1. Apesar do ritmo menor em relação a 2010, a atividade econômica no país ainda está aquecida, com expansão da agropecuária, comércio e serviços. A indústria, embora já dê sinais de desaceleração e esteja imersa nas discussões referentes ao câmbio, também tem, ainda, bom desempenho. Além disso, o “Plano Brasil Maior” lançado pelo governo em julho deve trazer alento ao setor;
2. Na conjuntura geral, houve um agravamento da crise econômica internacional com a percepção generalizada de que as economias dos países desenvolvidos (EUA, Europa e Japão) ficarão estagnadas ou vão crescer pouco durante um longo período. No cenário mais pessimista, essas economias entrarão em recessão. Esse é o cenário mais provável, que afeta parcialmente as linhas gerais da política econômica do Brasil, no curto prazo. Espera-se uma queda mais rápida da inflação mundial (via redução de preço das *commodities*) com efeitos positivos e mais rápidos para a convergência possível da inflação doméstica à meta de 4,5% ao ano. Se antes da crise era esperado que a meta fosse atingida ao final de 2012, agora é possível que o país atinja a meta de inflação mais cedo. Também no cenário mais provável, a taxa básica de juros (Selic) poderá cair antes do que apontavam as projeções dos analistas, provavelmente ainda em 2011. O ritmo de crescimento da economia brasileira deve diminuir para algo em torno de 3% a 4%, em 2011 e 2012. Ao mesmo tempo, o governo deve manter forte disciplina fiscal, caminho um pouco diferente daquele trilhado na crise de 2008/2009;
3. Um cenário internacional do tipo “salve-se quem puder”, agravado por uma nova crise bancária na Europa, é o menos provável nesse momento. Não deve, porém, ser descartado e sua



probabilidade, embora menor do que a dos outros cenários, não é desprezível. Caso se concretize, todos os países sofrerão um impacto adverso maior. A reação do governo brasileiro é incerta e dependerá da gravidade dos sinais externos, sobretudo dos efeitos de uma nova crise mundial de crédito. Em qualquer dos cenários, o trunfo que o Brasil tem hoje, para tentar mitigar os efeitos da crise internacional, é o tamanho do mercado interno.

4. O mercado de trabalho tem se comportado de maneira positiva, com taxas de desemprego abaixo daquelas verificadas em 2010, ainda que o ritmo de crescimento da geração de novas ocupações seja menor. O rendimento do trabalho vem caindo nos últimos sete meses, mas ainda é positivo na comparação com o mesmo mês de 2010, segundo os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Nota-se, nos últimos três meses, um desaquecimento na geração de empregos formais segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
5. O processo inflacionário já dá mostras de redução. Porém, como as taxas mensais foram mais altas no primeiro semestre de 2011, certamente fará com que a inflação acumulada no período entre agosto a outubro de 2011 (o “pico” do acumulado de 12 meses) dificulte os ganhos reais;
6. O salário foi colocado como “vilão” do processo inflacionário, com o argumento de que os aumentos reais são superiores ao aumento da produtividade desde 2008. Não parece haver evidências que comprovem tal fato;
7. As grandes discussões que se colocam nas negociações coletivas no 2º semestre de 2011 são se os salários serão “ajustados” de forma a comportar os desajustes inflacionários do 1º semestre. Também há uma discussão mais ampla sobre a distribuição funcional da renda, pois a renda do trabalho continua abaixo de 50%, muito inferior ao patamar de outros países chamados de “centrais” e/ou “desenvolvidos”;
8. Apesar de o país não ser uma “ilha” isolada na economia mundial, o Brasil tem, na manutenção da atividade do seu mercado interno, o principal motivo pelo qual não “mergulhou” na crise que se arrasta desde 2008 e ainda assola a economia mundial (principalmente Europa e Estados Unidos), sendo central o papel do mercado de trabalho neste quadro. Uma queda acentuada e persistente na renda do trabalho certamente terá como desdobramento principal a desaceleração da atividade econômica. Nesse sentido, a luta dos trabalhadores pelas conquistas salariais é fundamental;
9. Sobre a inflação, já está claro que sua causa fundamental foi o aumento dos preços das *commodities* no mercado internacional, principalmente produtos alimentícios (caracterizado



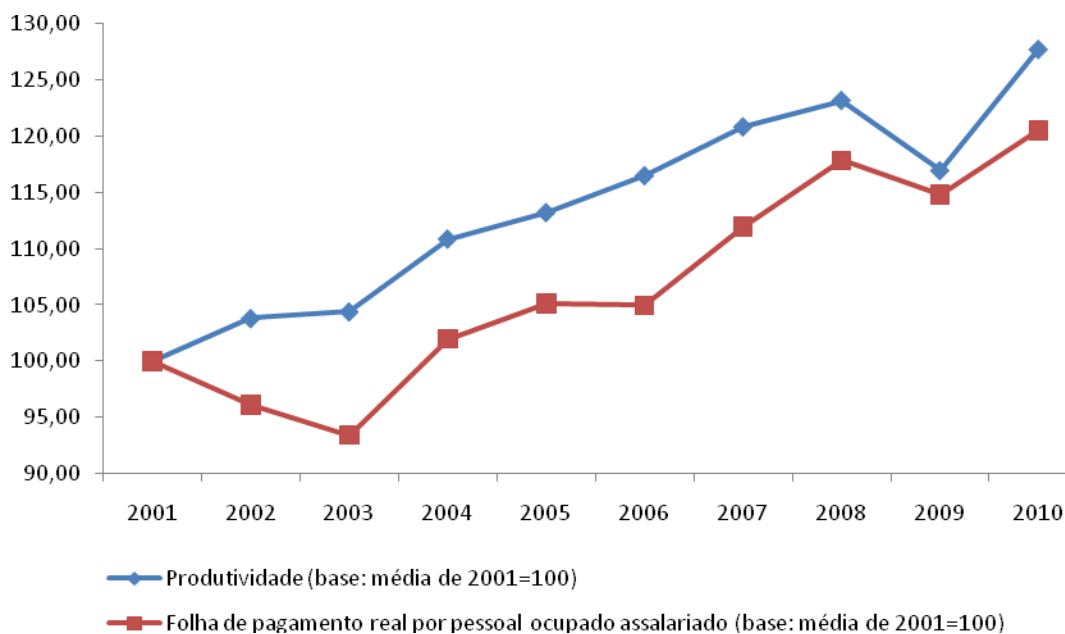
- como um fenômeno mundial e não exclusivamente brasileiro) e não de um “excesso de demanda”. Muito da suposta “inflação dos serviços” ocorreu devido à contaminação dos preços na educação, transportes e preços administrados em geral, que ocorreu no 1º semestre do ano e com características sazonais, ou seja, não se demonstrou, na prática, que o excesso de demanda (para o qual teria contribuído a massa salarial) é o “vilão” da inflação;
10. Por outro lado, o faturamento das empresas no país, dado o aquecimento do mercado interno, tem se comportado de forma positiva, com sua manutenção ou mesmo ampliação, que resulta em maiores lucros. Talvez somente os setores exportadores ou aqueles que sofrem concorrência direta de importados estejam em maiores dificuldades. Mesma dinâmica tem sido observada no setor público, onde tem havido aumento de arrecadação em todas as esferas públicas (já se obteve 67% da meta de superávit primário, enquanto os estados e municípios observam aumento de suas receitas). Isto porque, boa parte da arrecadação se concentra em consumo, lucros e contribuições sobre a folha e, como o mercado interno está aquecido, os lucros se mantêm estáveis ou mesmo crescem, e o mercado de trabalho continua a gerar postos de trabalho. Assim, é natural que a arrecadação aumente em todas as esferas;
 11. Outro elemento que demonstra como os lucros estão em alta é o aumento das remessas pelas empresas estrangeiras instaladas no país ao exterior, dada à alta rentabilidade das operações no Brasil (ou seja, muitos lucros), devido principalmente ao bom desempenho do mercado interno;
 12. Dados restritos para a indústria mostram que a diferença entre o aumento da produtividade e a folha de pagamento real por pessoal ocupado assalariado, apesar de diminuir desde 2006, quando considerado no período de 2001 a 2010 (ou seja, não considerando o período de grande ganho de produtividade na década de 1990), ainda permanece entre 7% a 8%. Não é possível, portanto, afirmar que os salários estariam gerando inflação por crescer acima da produtividade;
 13. O mercado interno, fundamental para a atual conjuntura econômica do país, seria fortemente afetado caso houvesse uma queda da renda da população, especialmente da relacionada aos rendimentos do trabalho. Isto porque, como o mundo está em crise, uma redução no poder de compra dos brasileiros significaria menos consumo, o que, no limite, compromete as próprias empresas em atividade no Brasil. Mais do que nunca, é necessário preservar o ritmo da atividade econômica no país e, para sustentar a atividade, o crescimento dos salários é fundamental na conjuntura atual;
 14. Uma questão mais estrutural também aponta que o aumento dos salários é pressuposto básico para uma melhor distribuição de renda. Deve-se lembrar que, apesar dos avanços, a renda do



- trabalho ainda se encontra em patamar inferior a 50%, muito abaixo de qualquer país “desenvolvido” ou mesmo de muitos países emergentes;
15. Os aumentos reais de salários também significam continuidade do processo de incremento geral dos salários do país, que ainda são muito baixos até em relação a outros países emergentes. Enquanto os salários no país forem baixos se comparados a outros países, o próprio desenvolvimento do país estará comprometido;
 16. Além de salários, a alta rotatividade (outro elemento que reduz salários), e os outros itens que demonstram a manutenção de precárias relações de trabalho no país devem ser combatidos em prol da busca incessante pelo trabalho decente, que engloba não somente salários, mas as condições envolvidas em qualquer atividade profissional;
 17. No caso dos setores do comércio e serviços, há espaço para reajustes reais dado que estas atividades ainda se encontram em movimento de crescimento, assim como no setor financeiro;
 18. No setor agrícola, há apontamentos na direção de que este ano, devido ao desempenho do setor, haja um maior aumento na renda dos ocupados;
 19. Para os servidores públicos, as negociações devem ser muito duras na esfera federal, devido ao ajuste fiscal do governo. Já nos estados e municípios, haverá variação conforme cada localidade, mas as informações existentes apontam maior arrecadação dos estados (dada a base ser pró-cíclica) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) deve observar crescimento;
 20. É certo que as negociações na Indústria serão muito difíceis, especialmente nos segmentos intermediários, já que estes ao mesmo tempo em que sofrem concorrência externa devido ao câmbio, vão alegar que reajustes salariais vão pressionar ainda mais seus custos, prejudicando a “competitividade”, ainda mais em um quadro onde não existe espaço para uma desvalorização mais forte do real. A produtividade também será colocada como argumento, dado a difusão de informações de que esta estaria abaixo do crescimento dos salários. Porém, se analisado o período de 2001 até 2010, existe ainda uma considerável diferença entre o crescimento da produtividade e o comportamento da folha real por pessoal assalariado na indústria. Isto mostra que ainda existe possibilidade de ganhos reais nos salários e contesta a visão de que os ganhos salariais estariam acima da produtividade. Além disso, a lucratividade das empresas continua crescendo na maioria dos casos (especialmente em multinacionais).
 21. Como conclusão, pode-se afirmar que o cenário econômico do segundo semestre de 2011 (e sobretudo para 2012) traz incertezas por conta da crise econômica que assola os países desenvolvidos (EUA, Europa e Japão). Nesse sentido, os reflexos sobre a economia brasileira

vão depender da profundidade e duração da crise e dos instrumentos de política econômica que o governo federal vier a utilizar. De qualquer maneira, é certo que a economia será contaminada. Contudo, o trunfo que o Brasil tem é o seu mercado interno e, para que esse mercado possa responder, é fundamental a geração de emprego formal, aumento da massa salarial, dos ganhos reais de salário e da renda da população.

GRÁFICO 1
Produtividade e folha de pagamento real por ocupado assalariado, na indústria com ajuste sazonal
Brasil, 2001 a 2010, em número-índice (base: média de 2001=100)



Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática - Sidra
 Elaboração: DIEESE

TABELA 1
Produtividade e folha de pagamento real por ocupado
assalariado, na indústria com ajuste sazonal
Brasil, 2001 a 2010, em número-índice (base: média de 2001=100)

Ano	Produtividade (base: média de 2001=100)	Folha de pagamento real por pessoal ocupado assalariado (base: média de 2001=100)
2001	100,00	100,00
2002	103,81	96,07
2003	104,41	93,41
2004	110,87	101,96
2005	113,22	105,09
2006	116,50	104,95
2007	120,83	111,96
2008	123,18	117,84
2009	116,95	114,82
2010	127,70	120,53

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática - Sidra
 Elaboração: DIEESE





Rua Aurora, 957 – 1º andar
 CEP 05001-900 São Paulo, SP
 Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
 E-mail: en@dieese.org.br
 www.dieese.org.br

Presidente: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Vice-presidente: Josinaldo José de Barros

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Secretário: Pedro Celso Rosa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Alberto Soares da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Diretora Executiva: Ana Tércia Sanches

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Antônio de Sousa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: José Carlos Souza

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: João Vicente Silva Cayres

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Tadeu Moraes de Sousa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Direção técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico

Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira – coordenador de relações sindicais

Nelson Karam – coordenador de educação

Francisco J.C. de Oliveira – coordenador de pesquisas

Rosana de Freitas – coordenadora administrativa e financeira

Equipe Técnica Responsável

Leandro Horie

Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça

